

Boletim 4 - dezembro de 1989

JURISPRUDÊNCIA DIREITO ADMINISTRATIVO

EMENTA

Administrativo. Ex-combatente Conceito. Com o advento da Lei 5.315/67, estendeu-se o conceito de ex-combatente aos que tenham participado de missões de vigilância ou segurança do litoral ou de guarnições de ilhas oceânicas como Fernando de Noronha ou deslocando-se para esse fim com suas unidades. Apelo desprovido. Sentença mantida. (AC 1717 - RN, Rel. Juiz Hugo Machado' 1ª T., DPJ 27.10.89, pág. 23)

EMENTA

Administrativo. Militar. Incapacidade não comprovada. Inexistência de direito ao auxílio-invalidez. Apelo improvido. (AC 2226 - AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, págs. 38/39)

EMENTA

Administrativo. Gratificação por Operações especiais. Dec.-Lei 1714/79. Incorporação aos Proventos da Aposentadoria. Com a edição da Lei 7147/83, ex-vi do seu art. 2º, alcançou os proventos dos inativos a incorporação .a que se refere o art. 1º do referido Diploma Legal. Devidas as diferenças de proventos a partir da edição da referida Lei até a vigência do Decreto-Lei 2372/18.11.87. Apelação improvida. (AC - 3113 - RN, Rel. Juiz Petrúcio Ferreira, 2ª T'., DPJ 21.11.89, pág. 30)

EMENTA

Administrativo. Desapropriação indireta. Adquiridos imóveis que já se encontravam cortados por rodovia federal, fato narrado na escritura de compra e venda onde inexiste cláusula de sub-rogação do direito originário dos vendedores quanto à suposta indenização junto aos cofres públicos, se conclui pela improcedência do pedido. Apelação improvida. (AC 3196 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ªT., DPJ 21.11.89, pág. 30)

EMENTA

Administrativo. Expedição de certidão por força de liminar. Extinção do processo sem julgamento do mérito. Impossibilidade. Sentença anulada.

1- Mesmo em se tratando de situação em que o mérito do mandado de segurança se consubstanciou, por inteiro, no momento da concessão da liminar, deve o Juiz julgar o mérito da causa impondo definitivamente ou não à pretensão da parte impetrante.

2- Nula a sentença que, sob o argumento de que a liminar foi cumprida, com a expedição da certidão, como no caso em exame, considera sem mais objeto o mandamus e julga extinto o processo sem julgamento do mérito.

3- As partes têm a garantia constitucional de, quando submeterem os seus conflitos à apreciação do Poder Judiciário, receberem decisão estabilizando as relações jurídicas em crise.

4- Provimento da apelação para que o mérito seja apreciado pelo Juiz de primeiro grau. (AMS 405 - PE, Rel Juiz José Delgado, 2ª T., DPJ 21.11.89, pág. 31)

EMENTA

Administrativo. Exame de saúde; Repetição por ocasião da assunção do emprego, após ter sido o candidato aprovado, no mesmo exame, por ocasião do concurso para o emprego onde pretende assumir, por exigência do edital.

- A decisão médica que considera inapto para o serviço público candidato que, em data recente, havia sido julgado apto para o mesmo emprego, por exigência do edital, há de ser fundamentada, sob pena de tornar duvidosa sua legalidade.

- A Administração Pública pode submeter candidatos ao serviço a outra perícia médica, além daquela feita como condição de aprovação no concurso, para constatar eventuais falhas da primeira, porém, em tal caso o resultado deve ser motivado, especialmente quando se concluir pela inaptidão do interessado. (AMS 412 - CE, ReI. Juiz José Delgado, 2ª T., DPJ 21.11.89, pág.31)

EMENTA

Administrativo. Mandado de segurança. Readaptação na função de Inspetor de Abastecimento da SUNAB. Não configura abuso de poder ou ilegalidade a devolução ao órgão de origem de funcionário cedido. Sendo de fundamentar-se em dispositivo legal a readaptação funcional de servidor público, à ausência de tal dispositivo não há como se sustentar pedido deduzido em tal sentido. Apelação improvida. (AMS 205 -PE, Rel. Juiz Petrúcio Ferreira, 2ªT., DPJ 10.11.89, págs. 25 e 26)

EMENTA

Administrativo. Cargo de confiança. Autarquias Federais. Percepção das vantagens estabelecidas do Decreto-Lei 1971/82 e 2036/83. Limites estabelecidos pela Lei 7419/85. (AMS 348 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ªT., DPJ 10.11.89, pág. 26)

EMENTA

Administrativo. Sindicato. Eleições. Nulidade. Competência do Delegado Regional do Trabalho para julgamento de Recurso interposto em processo eletivo sindical. Portaria 3.150/86 - MTB - art. 39. Inexistindo ilegalidade no ato administrativo praticado pela autoridade coatora, denega-se a segurança. (MAS 423 - SE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ªT., DPJ 10.11.89, pág. 26)

EMENTA

Administrativo. Concurso público. Candidato aprovado. Nomeação. O direito de não ser preterido em sua ordem de classificação em caso de nomeação não se confunde com o direito originário a nomeação, inexistente para o candidato, vez que o concurso público não vincula obrigacionalmente a administração pública à nomeação dos candidatos. (AMS 537 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 10.11.89, pág. 26)

EMENTA

Administrativo. Mandado de Segurança. Concurso Público. Ensino Superior. Edital. Na administração pública a autoridade administrativa é de vincular-se a atos pré-contratuais - entre estes, o Edital -, sob pena de resvalar para o arbítrio. Apelação improvida. (AMS 544 - CE, Rel. Juiz Petrúcio Ferreira, 2ªT., DPJ 10.11.89, pág. 26)

EMENTA

Administrativo. SUNAB. Recurso em processo administrativo. Garantia da instância. Ato administrativo praticado em 1977. Aplicação da legislação existente na época.

1. O art. 153, parágrafo 4º, da Constituição anterior fazia ressalva no referente a garantia de instância, pelo que não era ilegal a exigência de depósito, em procedimento administrativo, para recorrer.

2. Situação, hoje, não compatível com o texto constitucional

3. Ato administrativo atacado que produziu efeitos em 1977, por que não suspensa a sua eficácia por sentença concessiva em mandado de segurança. Exame dos pontos questionados à luz da legislação da época que regulava a relação jurídica.

4. Improvimento da apelação. (AMS 378 - CE, Rel. Juiz José Delgado, 2ª T., DPJ 10.11.89, págs. 33 e 34)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. HONORÁRIOS. AUTARQUIAS ESPECIAIS. UNIVERSIDADES.

1- Ocupante de função de confiança em autarquia educacional nunca foi alcançado pelos honorários previstos no Decreto-lei 1781/82.

2- Arguição de incidente de inconstitucionalidade da norma interpretativa (art. 7, Lei 7.419/85). Desnecessidade do exame de tal questão, em face da jurisprudência, hoje, toda voltada pela real aplicação do art 7, da Lei 7.419/85.

3- Sentença reformada para cassar a segurança. (AMS 429 - PB, Rel. Juiz José Delgado, 2ª T., TRF, DPJ 22.11. 89, pág. 19)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. PROCEDIMENTOS PARA A SUA APURACÃO. INEXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO REGULAR

1 - A declaração da existência de acumulação proibida de cargos, funções ou empregos no serviço público só deve ser emitida após o fato ser apurado em procedimento administrativo onde se respeite, amplamente, o direito de defesa.

2 - O ato administrativo que reconhece a prática de acumulação proibida de cargos, funções ou empregos no serviço, sem que tal tenha sido apurado em devido processo legal, tem características de ilegal e violador de direito líquido e certo do servidor. Merece, conseqüentemente, ser tornado inválido e ineficaz por mandado de segurança.

3 - A relação jurídico-processual, tanto no âmbito jurisdicional, como no administrativo, se apresenta protegida por princípios constitucionais explícitos. Entre eles encontra-se, de modo visível, o da ampla defesa, que pressupõe, de modo cogente:

- a) o direito de serem repelidas provas apresentadas pelos litigantes;
- b) o direito das provas serem produzidas pelas partes sem quaisquer restrições;
- c) o direito das partes apresentarem as suas razões de convencimento e de serem ouvidas e reinquirirem os que forem ouvidos.

Sem o respeito do contraditório, o processo administrativo não ganha substância, nem penetra no mundo jurídico. Segurança confirmada. (AMS 505 - CE, Rel. Juiz José Delgado, 2ª T., DPJ 22.11.89, pág. 19)

EMENTA

Administrativo. Registro de jornalista profissional. Exigência de diploma ou comprovação de exercício anterior a 1969, ou ainda a transformação do provisionamento. Adequação ao art. 5º XIII, CF. Requisitos não atendidos pelo impetrante. Apelo improvido. (MAS 111 - SE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 22.11.89, pág. 21).

EMENTA

Administrativo. Ensino superior. Recusa de matrícula a alunos devidamente habilitados sob argumento de falta de vagas nas respectivas disciplinas. Ilegalidade. Remessa improvida. (REO 902 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 22.11.89, pág. 22)

EMENTA

Administrativo. Terreno de marinha. A demolição de obra em terreno regularmente ocupado depende sempre do resultado de processo administrativo em que se assegure ampla defesa ao ocupante. Segurança confirmada. Remessa improvida. (REO 917 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 22.11.89, pág. 22)

EMENTA

Administrativo. Controle de preços. Infração à Lei Delegada nº 4/62. Fato ocorrido antes da edição da primeira lista de preços congelados por efeito do Decreto-Lei 2.283, de 27.02.86. Autuação insubsistente. Apelo improvido (AC 1735 - AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 22.11.89, pág. 22)

EMENTA

Administrativo. Ensino superior. Revisão de enquadramento. Professor Auxiliar, mesmo ultrapassado prazo de dois anos da admissão, deveria ser enquadrado no plano de Classificação de Cargos decorrente do Decreto-lei 1.820/80 como Professor Assistente na referência inicial, e não como Professor Adjunto. Apelo improvido. (AC 1806 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 22.11.89, pág. 22)

EMENTA

Administrativo. Terreno de marinha. Usucapião. Os bens do domínio da União são inusucapíveis. Aplicação da Súmula 340 - STF. Posse, ademais, não justificada. Apelo improvido. (AC 2193 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 22.11.89, pág. 23)

EMENTA

Administrativo. Enquadramento.

I - Improriedade da ação de rito ordinário para solução de conflito de empregado público com a Administração;

II - O simples exercício de função gratificada ou de cargo em comissão não demonstra preencher o servidor os requisitos para classificação como Técnico de Administração. Apelo improvido. (AC 2906 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 22.11.89, pág. 23)

EMENTA

Administrativo. Prédio tombado. Obra que prejudica a sua visibilidade e situa-se em sua vizinhança. Demolição com base no art. 18 do Decreto-lei 25/37. Apelo e remessa improvidos. (AC 3214 - SE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 22.11.89, pág. 23)

EMENTA

Administrativo. Instituição financeira. Fiscalização da SUNAB. Não afeta o sigilo bancário nem o controle específico privativo do Banco Central a exigência de exibição de documentos pertinentes ao capital e ao faturamento da sociedade comercial. Apelo improvido. (AC 3526 - AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 22.11.89, pág. 24)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. ACUMULAÇÃO DE CARGO. PROCEDIMENTOS PARA A SUA APURACÃO. INEXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO REGULAR.

1 - A declaração da existência de acumulação proibida de cargos, funções ou empregos no serviço público só deve ser emitida após o fato ser apurado em procedimento administrativo onde se respeite, amplamente, o direito de defesa.

2 - O ato administrativo que reconhece a prática de acumulação proibida de cargos, funções ou empregos no serviço, sem que tal tenha sido apurado em devido processo legal, tem características de ilegal e violador de direito líquido e certo do servidor. Merece, conseqüentemente, ser tornado inválido e ineficaz por mandado de segurança.

3 - A relação jurídico-processual, tanto no âmbito jurisdicional, como no administrativo, se apresenta protegida por princípios constitucionais explícitos e implícitos. Entre eles encontra-se, de modo visível, o da ampla defesa que pressupõe, de modo cogente:

- a) o direito de serem repelidas provas apresentadas pelos litigantes;
- b) o direito das provas serem produzidas pelas partes sem quaisquer restrições;
- c) o direito das partes apresentarem as suas razões de convencimento e de serem ouvidas e reinquirirem os que forem ouvidos.

Sem o respeito do contraditório, o processo administrativo não ganha substância, nem penetra no mundo jurídico.

Segurança confirmada. (AMS 362 - CE, Rel. Juiz José Delgado, 2ª T., DPJ 21.11.89, pág. 31)

EMENTA

Administrativo. Direito do agente de obter decisão do administrador sobre recurso interposto. Impossibilidade da autoridade administrativa suspender curso de processo administrativo, por vontade própria, sob a alegação de que o mesmo assunto está sendo discutido na via judiciária. Independência da atividade administrativa. Solução do conflito a quem tem direito líquido e certo o administrado de ver declarado. Ato de autoridade administrativa que viola o princípio da continuidade dos serviços públicos. O agente administrativo não tem vontade. Esta é a da lei. Segurança concedida que se confirma. (REO 368 - CE, Rel. Juiz Jose Delgado, 2ª T., DPJ 21.11.89, pág. 31)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO CIVIL

EMENTA

Civil. Ação de indenização por danos decorrentes de tratamento hospitalar. Nexos causal não comprovado. Hospital não integrante do SIMPAS. Improcedência da demanda. Apelo provido. (AC 1342 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 33)

EMENTA

Civil. Reintegração de posse movida pela União contra ocupante de terreno de marinha. Evidenciada a boa fé e inexistindo esbulho, descabe o interdito. Apelo

improvido. (AC 2428 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 09.11.89, pág. 32)

EMENTA

Civil. Responsabilidade por acidente de trânsito. Via preferencial não indicada. Inexistência de prova da culpa do réu. Apelo improvido. (AC 1961 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 37)

EMENTA

Civil e Processual Civil. Correção das cadernetas de poupança em julho de 1987. Aplicação do maior índice (LBC) de 1 a 15 de junho, dada a vigência, até então, da Resolução nº 1.336 - CMN. Irretroatividade da Resolução nº 1.338. Apelação parcialmente provida. (AC 1824 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães' 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 37)

EMENTA

Civil. Responsabilidade. Afasta-se a teoria do risco quando o acidente envolve duas entidades de direito público. Descaracterizada a culpa do motorista da Prefeitura, julga-se improcedente a demanda. Apelo improvido. (AC 2078 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 38)

EMENTA

Civil. Desapropriação. Usucapião como matéria de defesa. Inoponibilidade quando, entre herdeiros do imóvel usucapiendo, haja menores absolutamente incapazes. Improvimento dos embargos. (EAC 2346 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 39)

EMENTA

Civil. Débito fundado em nota promissória vinculada a contrato de crédito especial. Incidência de comissão de permanência, taxas efetivas e IOF, além de correção monetária. Embargos manifestamente protelatórios. Apelo improvido. (AC 2665 - SE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 40)

EMENTA

CIVIL. ACIDENTE DE AUTOMÓVEL. Art. 107 da Constituição/69. Responsabilidade da União. Provada a culpa da parte do condutor do veículo da União, a esta cabe a obrigação de ressarcir os prejuízos à vítima. (AC 1378/89 - SE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 10.11.89, pág. 27)

EMENTA

D. Civil. Ação possessória Cabe ao sistema Jurídico proteger a posse, deferindo-lhe esta a favor de quem evidentemente tenha o domínio. Entendimento da Súmula 387 do STF. (AC 1563 - AL, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 10.11.89, pág. 27)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO CONSTITUCIONAL

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ENCARGOS FINANCEIROS INCIDENTES SOBRE A EMISSÃO DE PASSAGENS PARA O EXTERIOR E AQUISIÇÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA.

- A Resolução nº 1.154/86 do BANCO CENTRAL DO BRASIL, que criou referidos encargos, teve sua inconstitucionalidade declarada pelo Tribunal Federal de Recursos, por seu Plenário, em Arguição de Inconstitucionalidade na AMS 123.803 - BA.

Apelo desprovido. (AMS 321 - PE, Rel. Juiz Orlando Rebouças, 1ª T., DPJ 27.10.89, pág. 20)

EMENTA

Arguição de inconstitucionalidade do Decreto-lei 2434/88. Isenção do IOF às operações de câmbio relativas à importação de equipamentos com guias emitidas após 1º de julho de 1988. Inexistência de discriminação. Intangibilidade do fato gerador do IOF. Arguição rejeitada. Apelação provida. (AMS 035 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 28)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PROCESSUAL CIVIL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS. MEDIDA CAUTELAR.

-Presentes o periculum in mora e o fumus boni juris defere-se, liminarmente, a cautelar que tem por objetivo tão somente o depósito de quantias vencidas e/ou vincendas como ato preparatório para ação principal. Recurso provido. (AC 3i7 - SE, Rel. Juiz Castro Meira, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 29)

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA D. L. 2.288/86. LEGITIMIDADE RECURSAL DO MPF. APRECIACÃO DO MÉRITO EM GRAU SUPERIOR

- O Ministério Público é parte legítima para recorrer em mandado de segurança.
- Se o processo foi extinto sem apreciação do mérito, o Tribunal não poderá julgar este, embora possa alterar a fundamentação da sentença ou dar aos fatos diversa definição jurídica, contanto que não pronuncie julgamento de mérito
- Apelação parcialmente provida para determinar que o Juiz processante examine o mérito da impetração. (AMS 410 - PB, Rel. Juiz Castro Meira, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 29)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR AÇÃO PRÉEXISTENTE. MUTUÁRIOS DO SFH.

1- A preexistência de ação movida por mutuários do SFH em que se discute reajuste de prestação impede o ajuizamento de execução pelo agente financeiro.
2- A citação válida torna prevento o Juízo, induz litispendência e torna a coisa litigiosa (CPC, art. 219)□
3- Correta a decisão "a quo" que julgou procedente a ação cautelar face à existência dos pressupostos do periculum in mora e do .fumus boni juris.
4 - Precedentes. (AC 1465 - CE, Rel. Juiz Castro Meira, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág 30)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA. LEGITIMIDADE. FAZENDA PÚBLICA. AUTARQUIA. ADMINISTRATIVO SUBSÍDIOS. DÉBITO. GARANTIDO POR PENHORA. RETENÇÃO.

A autoridade executora de determinação genérica contida em lei concretiza tal determinação, tendo, portanto, legitimidade para figurar no pólo passivo do mandado de segurança. E a competência do Juízo se estabeleceu pelo domicílio da impetrada.

O Ministério Público tem legitimidade para recorrer, desde que haja evidente interesse público.

O privilégio processual estabelecido no art. 188 do CPC diz respeito à Fazenda Pública, estando as autarquias abrangidas em tal conceito.

Preliminares rejeitadas

O débito cuja legitimidade é discutida em Juízo com penhora regular, não pode ser fundamento de retenção de subsídios devidos por lei.

Apelo desprovido. (AMS 497 - PB, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 33)

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA REQUISITOS.

Para a concessão de segurança, mister se faz a comprovação, de plano, da liquidez e certeza do direito, não podendo haver, portanto, qualquer dúvida quanto ao direito e sua violação.

Apelo desprovido. Sentença mantida. (AMS 672 - PB, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 34)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ESTUDANTE. FATO CONSUMADO.

- Se em razão de mandado de segurança o estudante cursa a disciplina que pretendia, encontrando-se, deste modo, o fato consumado em razão do tempo já decorrido, isto basta para que se mantenha a sentença, especialmente se a mesma não foi sequer objeto de apelação.

- Remessa improvida. (REO 629 - CE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 34)

EMENTA

MANDADO DE SEGURANCA. PREVIDÊNCIA SOCIAL. CERTIFICADO DE QUITAÇÃO DEPÓSITO. AUTORIDADE. LEGITIMIDADE PASSIVA.

A autoridade que endossa ato de subalterno tem legitimidade para figurar no polo passivo do mandamus.

Efetuada o depósito da quantia correspondente ao depósito questionado, é indiscutível o direito do contribuinte à certidão de quitação.

Preliminar rejeitada. Apelo improvido. Segurança confirmada. (AMS 550 - SE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 34)

EMENTA

Processual Civil. Inicial que descreve longamente os fatos e fundamentos jurídicos, apresentando pedido compreensível, embora mal formulado. Aptidão. Apelo provido (AC 1592 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 36)

EMENTA

Processual Civil. Execução Fiscal. Cumulação Faculdade atribuída ao credor (art. 573, CPC) Contribuições previdenciárias: prescrição trintenária após a emenda Constitucional nº 8/77. Incoincidência dos comprovantes de pagamento como período a que se refere o título executivo. Apelo improvido. (AC 1644 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 36)

EMENTA

Processual Civil. Administrativo.

I- Pedido de pagamento de diferenças decorrentes do cálculo de gratificação por tempo de serviço. Cumulação sucessiva, e não eventual, com o de declaração da existência do direito. Adicionais Incorporação ao patrimônio do servidor. Direito adquirido, insusceptível de modificação pela Lei 6.108/74. Diferenças. Prescrição das parcelas anteriores ao ,quinqüênio do ajuizamento da ação. Agravo retido improvido. Apelação improvida e remessa oficial parcialmente provida (AC 1988 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 37)

EMENTA

Processual Civil e Administrativo. Moinho que fabrica ração balanceada. Inexigibilidade de registro no Conselho de Medicina Veterinária por não se caracterizar como atividade veterinária tal industrialização, nem configurar-se prestação de serviços médico-veterinários a terceiros aquele fabrico. Apelo provido. (AC 2.062 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 38)

EMENTA

Processual Civil. Pedido líquido e certo. Discussão quanto à denominação da ação. Irrelevância. Anulação da sentença que extinguiu o processo sem julgamento de mérito. Apelo provido. (AC 2065 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 38)

EMENTA

Processual Civil. Embargos de Terceiro. Legitimidade e interesse de agir do credor hipotecário para obstar alienação judicial de bem hipotecado sob alegação de existência de outros bens penhoráveis e de solvência da firma devedora, quando a penhora recai em imóvel pertencente ao sócio. Afastada a preliminar de carência de ação, deve ser julgado o mérito da causa no Juízo de primeiro grau. Apelo provido. (AC 2120 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 38)

EMENTA

Processual Civil. Execução Fiscal. Substituição da Certidão de Dívida Ativa após o oferecimento dos embargos do devedor. Ônus de sucumbência. Cabimento. Apelo e remessa oficial improvidos (AC 2122 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 38)

EMENTA

Processual Civil e Administrativo

I - Fatos incontroversos independem de prova. Cabimento de ação declaratória de inexistência de relação jurídica obrigacional.

II - Imposição de fornecimento de mel pelas usinas açucareiras aos plantadores de cana. Inexistência de base legal. Limites do poder regulador, fiscalizador e de incentivo do Estado (CF, art. 174) (AC 2232 - AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 39)

EMENTA

Processual Civil. Execução Fiscal. Produzida documentação pela Embargante, comprovando recolhimentos de contribuições, não lhe compete repetir a prova. Sentença de procedência dos embargos proferida após manifestação da devedora, sem dar oportunidade à credora de substituir o título executivo (Lei 6.830/80, art. 2, parágrafo 8º) Apelo provido, em parte. (AC 2989 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 40)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANCA. QUESTÃO DE FATO CONTROVERTIDA.

- Inadmissível no âmbito do mandado de segurança o deslinde de questão de fato controvertida (AMS 856 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 09.11.89, pág. 29)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. REPRESENTAÇÃO. IRREGULARIDADE. SANEAMENTO. OPORTUNIDADE.

- O defeito de representação deve ser sanado no primeiro momento em que a parte, intimada, deve falar nos autos, sendo irrelevante que já tenha havido contestação (AC 1015 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ªT., DPJ 09.11.89, pág. 29)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. COISA JULGADA. RELAÇÃO JURÍDICA CONTINUATIVA. POSSIBILIDADE DE REVISÃO. PRESCRIÇÃO. CONDIÇÕES DA AÇÃO.

- Em se tratando de relação jurídica continuativa, como é o caso de pensão mensal, de natureza alimentar, a imutabilidade da coisa julgada é relativa. Havendo mudança no direito, ou nos fatos, que ensejaram a formação da relação jurídica, a sentença pode ser revista, para adequação à nova realidade
- Não ocorre prescrição se não existe ação, e esta não existe se ausente qualquer de suas condições, entre as quais a possibilidade jurídica do pedido. (AC 1095 - CE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 09.11.89, pág. 290)

EMENTA

Processual Civil e Civil

1 - Prova que não se fazia necessária para a apreciação da causa.

2 -Cabimento de denúncia da lide em ação de procedimento sumaríssimo

3 - A prescrição quanto à denúncia da lide conta-se a partir da data em que a denunciante foi citada da demanda em razão da qual surge a pretensão de regresso. Anulação da sentença. Apelo provido. (AC 1679 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 09.11.89, pág. 32)

EMENTA

Processual Civil e Previdenciário

I - Execução fiscal contra entidade pública: adaptações de rito para garantir a ampla defesa. Aproveitamento dos atos processuais dos embargos.

II - Pessoal temporário do DNOCS sujeita-se aos regimes trabalhista e previdenciário.

III -Prescrição trintenária das contribuições previdenciárias após a EC 8/77 Provimento do recurso da embargada. (AC 2097 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 09.11.89, pág. 32)

EMENTA

Exceção de suspeição. Exceto incompetente para julgamento da causa. Perda de objeto.

1 - Não é de se conhecer de suspeição contra Juiz que, deixando de exercer suas funções judicantes no 1º grau, ensejou a perda de seu objeto. (Exceção de Suspeição 04 - PE, Rel. Juiz Nereu Santos, 2ª T., DPJ 09.11.89, pág. 32)

EMENTA

Embargos de Terceiro. Duplicidade de execução. Identidade do bem penhorado. Arrematado este em uma das execuções, desassistido o exequente, novamente penhorá-lo e levá-lo a praxeamento. Respeito ao art. 694, CPC. (AC 1079/89 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 07.11.89, pág. 21)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

EMENTA

RECURSO DE HABEAS CORPUS. MILITAR PUNIDO POR COMETIMENTO DE TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR.

1 - Ao mesmo tempo em que a Constituição Federal reza no seu art. 142, parágrafo 2º, que não caberá Habeas Corpus em relação às punições disciplinares militares, dispõe ela em seu art. 5º, inciso XXXV, que a lei não excluirá de apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

2- Assim como qualquer outro ato administrativo, o ato de punição disciplinar não pode fugir ao controle jurisdicional, no sentido de que seja aferida a sua legalidade pelo exame dos requisitos de que deve achar-se revestido.

3 Na espécie, o ato punitivo apresenta-se revestido de competência, forma, objeto, finalidade e motivos que o determinaram, não podendo, portanto, ser elidido pela via específica e rápida do Habeas Corpus. Desfazê-lo, somente seria possível através de ação que propicie dilação probatória

4 - Recursos providos. Sentença reformada para denegar-se a Ordem. (RHC 12 - PE, Rel. Juiz Orlando Rebouças, 1ª T., DPJ 27.10.89, pág. 19)

EMENTA

HABEAS CORPUS. FALTA DE JUSTA CAUSA.

Inexistindo indícios suficientes nos autos de que tenha o paciente praticado ou concorrido dolosamente para a prática de crime de estelionato, configura-se a falta de justa causa para a ação penal contra ele, o que dá ensejo à concessão de ordem de Habeas Corpus para excluí-lo do processo. (HC 20 - PE, Rel. Juiz Orlando Rebouças, 1ª T., DPJ 27.10.89, pág. 19)

EMENTA

PENAL. EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE. PRESCRIÇÃO.

Se o crime pelo qual foram os réus condenados é daqueles que prescrevem em quatro (04) anos, segundo a pena concretizada na sentença com trânsito em julgado para a acusação e se da data da sentença condenatória para cá fluíram mais de quatro (04) anos, declara-se extinta a punibilidade dos sentenciados, prejudicado, por conseguinte, o exame do mérito da apelação. (Acr 036 - RN, Rel. Juiz Orlando Rebouças, 1ª T., DPJ 27.10.89, pág. 19)

EMENTA

Penal. Estelionato. Crime doloso. Confirma-se sentença condenatória de quem à vista das provas encontradas nos autos, foi achado, mediante fraude, obtendo para si ou para outrem vantagem ilícita. Inaplicável o parágrafo 3º do art. 171 do CPB. (Acr 116/89 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 28)

EMENTA

PENAL. CRIME DE RECEPÇÃO. REDUÇÃO DA PENA EM 2º GRAU. EXTINÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. APLICAÇÃO DO ART 110, PARÁGRAFO 1º DO CP.

I - Reduzida, em grau de apelação, a pena imposta ao réu, esta regula a prescrição, considerada a sentença de 1º grau como causa interruptiva.

II - Condenado o réu a pena inferior a dois anos, é de se decretar a prescrição subsequente da pena, decorridos mais de quatro anos entre a entrega da sentença em cartório e a data do trânsito em julgado da decisão definitiva.

III - Concessão da ordem para decretar-se extinta a punibilidade e recolher-se mandado de prisão expedido contra o paciente. (HC 014 - PE, Rel. Juiz Nereu Santos, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 36)

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. CITACÃO POR EDITAL. FORMALIDADES CUMPRIDAS SUA VALIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO

I - Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido e esgotados todos os meios para localizá-lo, é de proceder a sua citação por edital.

II - Obedecidas todas as formalidades para a citatio edictalis é de deter-se esta como válida, não se configurando assim cerceamento de defesa.

III - Ordem de Habeas Corpus denegada. (HC 23 - PE, Rel. Juiz Nereu Santos, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 36)

EMENTA

PROCESSUAL PENAL.

I - Prazo para o Ministério Público. Contagem a partir da intimação pessoal. Tempestividade do recurso

II- Progressão do regime fechado para o semi-aberto. Cômputo do tempo de prisão provisória para cálculo do interstício previsto no art. 116, LEP.

Direito à remição dos dias trabalhados. Sentenciado que preencheu os requisitos legais. Apelo improvido. (AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL 001 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 27)

EMENTA

Penal. Dificuldades financeiras não justificam o comércio clandestino de mercadorias estrangeiras. Apelo provido. Punibilidade extinta pela prescrição. (ACr 61 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 28)

EMENTA

Processual Penal. Sentença de condenação por estelionato baseada tão somente em declarações dos acusados. Inexistência de prova para confronto, como exigido no art. 197, CPP. Apelo provido.

EMENTA

Penal. Moeda falsa. Inexistência de prova de autoria quanto a um dos apelados e insuficiência probatória em relação à outra. Apelo improvido (ACr 82 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 28)

EMENTA

Penal. Estelionato. Dirigente de empresa que fornece comunicações falsas de acidente de trabalho. Caracterizadas a fraude e a vantagem ilícita, tipifica-se o delito do art. 171, CP. Prova suficiente para a condenação. Apelo improvido. (ACr 87 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 29)

EMENTA

Penal. Comprovada a participação no delito e demonstrada a culpabilidade, tem-se como procedente a denúncia. Apelo provido. Extinta a punibilidade pela prescrição, considerada a pena aplicada. (Acr 93 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 29)

EMENTA

Penal. Sonegação de correspondência. Art. 40, parágrafo 1º da Lei 6.538/78. Estafeta que conhecia plenamente os deveres da função e escondia ou violava cartas e, impressos e avisos que deveria entregar. Prova suficiente para a condenação. Consciência evidente do caráter criminoso do fato.. Apelo improvido. (ACr 187 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 30)

EMENTA

Penal. Descaminho. Apreendida quantidade relevante de mercadoria de procedência estrangeira desacompanhada da documentação legal, é de concluir-se pela destinação, ao comércio, de tais mercadorias. Perfeição do tipo penal do art 334, pg. 1º, "c" (Acr 41/89 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 09.11.89, Pág. 36)

EMENTA

PENAL. MOEDA FALSA. AUSÊNCIA DE PROVA QUE AUTORIZE A CONDENACÃO.

Absolvição em respeito ao princípio in dubio pro reu. Inteligência do art. 386, VI, CPPB. Apelação improvida. (Acr 55/89 - AL, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 09.11.89, pág. 36)

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO.

- "Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para defesa. (CPP art. 563).

- Assim, a parte que alega a nulidade de atos do processo deve demonstrar prejuízo da mesma decorrente, sem o que a alegação não pode ser acolhida (Acr 001 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 31)

EMENTA

PENAL. MERCADORIAS ESTRANGEIRAS SEM NOTA FISCAL
CONTRABANDO ERRO QUANTO À ILICITUDE DO FATOS

I - Não bastam, para o reconhecimento da legalidade da aquisição de mercadorias estrangeiras, "Declarações de Bagagem Acompanhadas", mister se faz o acompanhamento da nota fiscal respectiva.

II - Declarações do réu perante a autoridade policial, não desmentidas em Juízo e em harmonia com outras provas, prestam-se para fundamentar a condenação.

III - Apelo desprovido

IV - Sentença mantida. (Acr 021 - CE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 31)

EMENTA

CRIMINAL. ESTELIONATO. CONFIGURAÇÃO.

- A utilização de papéis rasurados para obtenção de vantagem pecuniária, para si ou para outrem, em detrimento de autarquia federal, configura estelionato, sendo por este absorvido o delito de falsificação. (Acr 97 - RN, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 32)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EMENTA

Previdenciário. Revisão de benefício. O poder-dever de revisão da Administração Previdenciária de benefício, encontra obstáculo no prazo de cinco anos, nos termos do art 207 da CLPS.

Apelação e Remessa improvidas. (AMS 064/89 - SE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 28)

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ABONO DE PERMANÊNCIA NO SERVIÇO

Não se encontrando provado suficientemente o pedido deduzido

administrativamente, não existem ilegalidade ou abuso de poder, no ato

administrativo que restam por indeferi-lo. (AMS 317/89 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.11.89, pág. 30)

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. PREVIDENCIÁRIO.

Pensão por morte de companheiro. Decreto nº 83.080/79, parágrafos 1º e 2º.

Impossibilidade de acumulação de benefícios-pensão por morte de companheiro e FUNRURAL. (AMS 325/89 - PB, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 30)

EMENTA

Previdenciário. Mandado de Segurança. Abono de permanência em serviço. Tempo de serviço reconhecido em decisão da Justiça do Trabalho, em cujos autos não foi citado o INPS. Não alcance dos efeitos da coisa julgada à autarquia. (CPC, art. 472) (AMS 370/89 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 30)

EMENTA

Previdenciário. Ministro religioso. Opção por aposentadoria como autônomo.

Acumulação dos benefícios de aposentadoria vedada pelo art. 1º da Lei 6.696/79 não obsta o exercício do direito de opção por esta aposentadoria, da parte do ministro religioso já antes aposentado sob outra modalidade. Inteligência dos

artigos 1º da CLPS e 3º da Lei 6.696/79. Apelação provida. (AC 1951 - PB, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 33)

EMENTA

Previdenciário Utilização do Piso Nacional de Salários como referencial para cálculo de benefícios previdenciários. Validade. Entendimento que se ajusta ao disposto no art 201 , parágrafo 5º da Constituição Federal e no art 58 do seu Ato das Disposições Transitórias. Apelo improvido. (AC 3334 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T. DPJ 04.11.89, pág. 36)

EMENTA

Previdenciário. Anotação na CTPS posterior ao Período indicado e após reclamação administrativa do empregado. Validade (arts. 36 a 39, CLT). Relação de parentesco desinfluyente, ante a inexistência de fraude Prova testemunhal segura da prestação de trabalho. Apelo improvido. (AC 1243 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág 33)

EMENTA

Previdenciário. Funcionário aposentado com base na Lei complementar 36/79, sem optar pelo regime da CLT, e que continua contribuindo para com a Previdência Social, como dobrista, faz jus à aposentadoria previdenciária Precedentes. Apelo improvido (AC 1303 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T , DPJ 01.11.89, pág. 33)

EMENTA

Previdenciário. Ex-combatente que não comprovou o exercício de função idêntica à do paradigma apontado na inicial. Apelo improvido. (AC 1700-PE, Rel Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89. pág. 36)

EMENTA

Previdenciário. Prova de dependência econômica pode efetivar-se após a morte do segurado, ainda mais se este, em vida, promoveu justificação judicial e designou a autora como dependente ante o Banco do Brasil S/A. Apelo improvido (AC 1769 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 36)

EMENTA

Previdenciário. Tempo de filiação. Indevido o rebaixamento de classe, em função do recolhimento de duas contribuições em atraso. Apelo improvido. (AC 1967 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 37.

EMENTA

Previdenciário. Aposentadoria por invalidez. Laudo do qual não discorda a apelante sobre omissão decorrente da não intimação do assistente técnico. Efeitos a partir da data da citação (art. 219, CPC). Apelo provido, em parte. (AC 1985 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 37)

EMENTA

Previdenciário. Custeio do seguro de acidente do trabalho. Escritório de firma industrial. Grau leve. Interpretação correta das disposições regulamentares. Apelo improvido. (AC 2034 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 38)

EMENTA

Previdenciário. Pagamento de parcela denominada "gratificação anual" aos empregados. Inexistência de prova de distribuição de lucros. Apelo improvido. (AC 2254 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 39)

EMENTA

Previdenciário. Benefícios que devem ser calculados com base nas anotações da CTPS do segurado. Reajustes com base no salário mínimo atual. (Súmula 260 - TFR). Apelo provido. (AC 2293 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 39)

EMENTA

Previdenciário. Ex-combatente que comprovou o exercício de função idêntica à do paradigma apontado na inicial, e o atendimento dos requisitos da Lei 4.297/63. Apelo provido. (AC 2309 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 39)

EMENTA

Previdenciário. Reajuste do valor de benefício. Suspensão do contrato de trabalho. Durante o prazo do auxílio-doença, o empregado é considerado em licença não remunerada (CLT, art 476), vale dizer, o contrato de trabalho fica suspenso. Assim, os aumentos de salários concedidos à categoria em face de dissídio coletivo devem ser considerados para o caso de retorno do empregado à atividade, mas não se prestam como critério de reajustamento do valor do benefício previdenciário. Apelação improvida. (AC 113 - RN, Rel Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 32)

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. FÉRIAS. CONTRIBUIÇÃO. INCIDÊNCIA. AUTORIDADE. LEGITIMIDADE. DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO. DESCONSTITUIÇÃO.

É cabível segurança para desconstituir débito já inscrito na dívida ativa da União

Os Conselhos Administrativos, ao negarem provimento a recurso de contribuinte, mantêm íntegro o ato impugnado, sendo o seu autor legítimo, para figurar no polo passivo de Mandado de Segurança.

Importâncias recebidas pelo trabalhador, por férias não gozadas, têm o caráter de indenização, não devendo incidir sobre elas contribuições previdenciária Remessa oficial desprovida. (AMS 415 - AL, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 33)

EMENTA

Trabalhadores rurais desenvolvendo suas tarefas nas fazendas das usinas. Serviços de natureza rural Impossibilidade da exigência de contribuições previdenciárias referentes ao sistema comum. Inaplicabilidade da Súmula 196 do STF. Contribuições e regime dos trabalhadores rurais são os previstos na legislação específica - Lei 5.889/73 - desvinculados pois do sistema comum da LOPS para os efeitos previdenciários. Apelação improvida (AC 1485 - AL, Rel Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 32)

EMENTA

Indício de fraude não autoriza a suspensão de benefício , previdenciário como resultado de mera sindicância (Súmula 160 - TFR) . Apelação improvida (AC 3390 - AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T ' DPJ 09 10 89, pág , 32)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

EMENTA

Trabalhista Equiparação. Falta de prova da identidade de funções. Plano de Classificação de Cargos equivale a quadro de carreira. Recurso improvido (RO 289 - RN, Rel Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T ' DPJ 08.11.89, pág. 29)

EMENTA

Trabalhista. Isonomia Quadro de carreira Decreto-lei 1445/76

- Inaplicável a regra da isonomia salarial se o empregador tem quadro de carreira

- O empregado, contratado depois da alteração no quadro de carreira, não tem direito à posição ocupada por quem foi contratado antes, ainda que em razão do mesmo concurso

- Apelo desprovido. (RO 196 - PB, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág 32)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA

EMENTA

Recurso ordinário recebido e julgado como embargos infringentes. Seu não conhecimento à míngua de interposição de agravo de instrumento do despacho que o teve por embargos infringentes

I- Não é de se conhecer de recurso ordinário já recebido e julgado como embargos infringentes se do despacho de seu recebimento não se interpõe.

.agravo de instrumento, ainda que o valor da causa tenha sido alterado por via de impugnação.

II -Recurso não conhecido (RO 090 - PE, Rel. Juiz Nereu Santos 2ª T., DPJ 09.11.89, pág. 32)

EMENTA

Trabalhista. Reposicionamento. Limite até 12 referências recomendado na EM 77/85. Inexistência de violação de direito na concessão de referencial inferior. Recurso provido (RO 60 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 28)

EMENTA

Trabalhista. Professor visitante. Situação especial não regulada pela Sistemática geral de pessoal docente, e sim mediante Resoluções do Conselho Universitário. Inexiste alteração unilateral no congelamento de vantagem pessoal até sujeitar-se aos níveis estabelecidos nas tabelas especiais do CONSUNI. Recurso improvido. (RO 68 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 28)

EMENTA

Trabalhista. Complementação de aposentadoria prevista, sem distinção, no Estatuto e no Regimento da Universidade Federal da Paraíba. Súmula 97 - TST. Recurso improvido. (RO 77 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 28)

EMENTA

Trabalhista. Justa causa. Faltas ao serviço justificadas por atestados médicos, e outras não. Inexistência do elemento subjetivo para caracterizar a desídia. Omissão do empregador em adotar medidas disciplinares prévias. Recurso improvido (RO 115 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 29)

EMENTA

Trabalhista. Reposicionamento. (Decreto-lei nº 2.280/85) Invocação de isonomia com integrantes de Tabelas Especiais. Diferenças de situações Servidores que não exerciam funções de nível Inviabilidade da pretendida ascensão. Recurso. (RO 136 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 29)

EMENTA

Trabalhista. No curso de liquidação, descabe agravo de petição. Súmula 196 - TFR. (Agravo Regimental no Agravo de Petição 140 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 29)

EMENTA

TRABALHISTA. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO INCLUINDO NO REGIME ESTATUTÁRIO NÃO SE ESTENDE AO SERVIDOR CELETISTA DE UNIVERSIDADE COMO EFEITO DA LEI 7.596/87. ISONOMIA QUE SE REFERE AO PLANO ÚNICO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E NÃO A VANTAGENS PESSOAIS DOS SERVIDORES. RECURSO IMPROVIDO. (RO 130 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 29)

EMENTA

Trabalhista. Insalubridade. Impossibilidade de restrição do direito ao adicional em função do número de horas de exposição do médico a radiações. Recurso provido (RO 162 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 30)

EMENTA

Trabalhista. Prestação continuada de serviço subordinado, sujeito a horário e com obediência a normas técnicas da autarquia. Vínculo factual reconhecido. Acumulação proibida de empregos públicos. Efeitos apenas quanto à remuneração. Recurso improvido. Sentença confirmada. (RO 149 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 30)

EMENTA

Trabalhista. Gratificação de diferença de Remuneração, paga por mais de cinco anos. Habitualidade. Incorporação ao salário. Aplicação da Súmula 207 - STF. Recurso improvido. (RO 193 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 30)

EMENTA

Reclamação Trabalhista. Via imprópria para solução de conflito entre funcionário estatutário e autarquia federal. Recurso improvido. (RO 200 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág 30)

EMENTA

Trabalhista. Dupla vinculação de docente a uma mesma universidade. Inexistência. Diminuição de carga horária determinada mediante reclassificação operada em julho de 1976. Prescrição. Recurso improvido. (RO 202 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 30)

EMENTA

Trabalhista. Gratificação de produtividade abolida pelo Decreto-Lei 1.445. Criação de novo sistema de remuneração favorável aos servidores e inconciliável com gratificações anteriores especialmente a de produtividade médica por unidades de serviço. Recurso improvido. (RO 218 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 31)

EMENTA

Trabalhista. Intermediação de mão de obra. Médico vinculado a empresa especializada que atendia a empregados da ECT. Inexistência de subordinação ou submissão a normas técnicas desta última. Recurso improvido. (RO 226 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 31)

EMENTA

Trabalhista. Despedida fundada em justa causa não comprovada. Diárias e ajuda de custo. Servidor afastado da escala de serviço que implicaria em deslocamento. Inexistência de direito a continuar recebendo aquelas vantagens. Apelo parcialmente provido. (RO 267 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 31)

EMENTA

Trabalhista. Equiparação. Falta de Prova. Identidade de funções. Plano de Classificação de Cargos equivale a quadro de carreira. Recurso improvido. (RO 289 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 31)

EMENTA

Reclamação Trabalhista. Serviço prestado em órgão de administração pública por tempo considerável e sob hierarquia funcional e técnica do empregador-administrador. Afastada a eventualidade, é de reconhecer-se o vínculo empregatício. Precedente do extinto TFR. Recurso improvido (RO 084/89 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 28)

EMENTA

TRABALHISTA. EMPREGADOS. CONTRATO DE TRABALHO. RESCISÃO.

O credor da prestação de trabalho e de sua utilidade é o empregador. Demissão não resulta em solução de continuidade para a prestação de serviço é inexistente. Se dela decorre prejuízo para o empregado _vencimentos a menos do que percebia antes, equivale tal demissão a alteração unilateral do contrato, não permitida por expresso dispositivo do art. 468 da CLT. Anulada tal demissão, reconhece-se ao empregado o direito a diferença salarial, compensando-se o valor por ela recebido a título de indenização. (RO 125/89 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 28)

EMENTA

Processual. Trabalhista. Da decisão em execução cabe Agravo de Petição. Art. 897, "b", da CLT. Disciplinando o Processo Trabalhista recurso próprio, não há como chamar-se como fonte subsidiária dispositivos de ordem processual civil. Anula-se a sentença que tenha resolvido a matéria em Embargos Infringentes. (AgPt 129/89 - AL, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 28)

EMENTA

TRABALHISTA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.

Obrigando-se a Reclamada à complementação da aposentadoria, incorpora-se ao contrato trabalhista tal ajuste, constituindo o seu não atendimento em alteração unilateral, defesa por comando explícito do art 468 da CLT. Aplicação da Súmula

92 do TST. (RO 174/89 - PB, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 29)

EMENTA

Trabalhista. Enquadramento de servidores públicos. Prescrição. Aplicação da prescrição quinquenal (art. 1º, Decreto 20910/32) e não da prescrição bienal do art. 11 da CLT. Precedentes jurisprudenciais do extinto TFR (RO 209/89 - PB, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 29)

EMENTA

TRABALHISTA. MÉDICOS.

Percepção da gratificação de incentivo à atividade médica, instituída pelo DL 2.114/84. Limites estabelecidos no art. 4º do referido Decreto em relação aos detentores de dois empregos de médico, junto ao mesmo órgão. Inexistindo preceito constitucional garantidor da percepção de tal gratificação, não há como identificar-se afronta à Lei Maior na limitação legal presente naquele diploma. (RO 219/89 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 29)

EMENTA

Trabalhista. Horas extras. Habitualidade. Incorporação ao salário. A Administração Pública admitindo servidores celetistas há de sujeitar-se, também, aos ditames daquela Consolidação. A habitualidade das horas suplementares é que faz nascer para o empregado, se suprimidas, a incorporação das mesmas ao salário para todos os efeitos legais. Inteligência da Súmula 76 do TST (RO 220/89 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 29)

EMENTA

Trabalhista Relação de emprego. Autarquia de ensino. A habitualidade do serviço, somada à subordinação hierárquica, funcional e técnica da parte do prestador de serviço ao empregador e à remuneração de salários, mesmo incompletos, autorizam a identificação do vínculo empregatício. (RO 223/89 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág.29)

EMENTA

Trabalhista. Servidor público autárquico Em. 77/85 - DASP. Inaplicabilidade a servidores enquadrados posteriormente a EM 77/85, conseqüentemente sujeitos aos termos do artigo 9º do Decreto 2.280/85. (RO 227/89 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 29)

EMENTA

TRABALHISTA. CONTRATO DE TRABALHO. JORNADA.

Intervalo para repouso com tempo superior a duas (02) horas. Admissibilidade de tal excesso se o mesmo resulta de acordo escrito ou contrato coletivo.

Inteligência do art 71 da CLT. (RO 269/89 - SE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 30)

EMENTA

PROCESSUAL. TRABALHISTA. RECURSO ORDINÁRIO CONTRA SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO. SEU NÃO CABIMENTO

I- Contra a sentença que homologa cálculo sem liquidação não é cabível a interposição de Recurso Ordinário, nos termos do art. 884 da CLT.

II- Recurso não conhecido (RO 67 - CE, Rel. Juiz Nereu Santos, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág 36)

EMENTA

-TRABALHISTA. HORAS EXTRAS TRABALHADAS COM HABITUALIDADE.

Tem o servidor o direito de incorporá-las ao seu salário se as prestou por mais de dois anos consecutivos. Aplicação da Súmula 76 do TST e da jurisprudência do extinto TFR a respeito do assunto. Recurso ordinário a que se nega provimento (RO 195 - RN, Rel. Juiz Orlando Rebouças, 1ª T., DPJ 27.10.89, pág. 20)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO. ERRO DE DIREITO E MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO

A mudança de interpretação por parte da Administração, que não se confunde com o erro de direito, não se presta como fundamento para a revisão do lançamento tributário.

Apelação improvida (AMS 364 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 27.10.89, pág. 22)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURÍDICA. ART. 18 DO DECRETO-LEI Nº 2.323/87. CORREÇÃO MONETÁRIA.

- Declarada a inconstitucionalidade do art. 18 do Decreto-lei nº 2 323, de 26 de fevereiro de 1987, pelo Col. Supremo Tribunal Federal na Representação nº 1 451-7/DF

- Redução da verba honorária para 5% em atendimento aos parâmetros legais e à orientação jurisprudencial pertinente à espécie.

- Remessa oficial parcialmente provida. (REO 203 - PE, Rel. Juiz Castro Meira, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 29)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IPI. MULTA MORATÓRIA

- A aplicação da multa moratória de trinta por cento, prevista na legislação do IPI, independe de qualquer outra infração além da inobservância do prazo de recolhimento, e só não seria devida se tivesse havido denúncia espontânea, que não ocorreu no caso.

- Apelação improvida. (AC 023 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 31)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DÉBITO GARANTIDO EM JUÍZO. CERTIDÃO NEGATIVA.

Estando o débito, cuja legitimidade se discute, garantido por depósito judicial, inexigível o crédito tributário, não pode a Administração Pública negar-se a expedir Certidão Negativa

Remessa oficial desprovida.

Sentença mantida. (REO 443 - CE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 33)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. RESERVA LEGAL

- Nos termos da jurisprudência predominante do Tribunal Federal de Recursos, não se operou a revogação do art. 37, do Decreto nº 70.235/72, posto que a delegação legislativa do art. 2º, do Decreto-Lei nº 822/.69 xxxiu-se com a edição daquele Decreto.

- Apelo desprovido

- Sentença mantida. (AMS 453 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 33)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES. REPERCUSSÃO.

- É cabível mandado de segurança contra concessionária de serviço público que integra a administração indireta e age por delegação do Poder Público.

- Não é inconstitucional a norma jurídica que determina a transferência do encargo do ISSC ao usuário do serviço.

Apelação improvida. (AMS 581 - PB, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 34)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL.

Inexistindo vício que defeitue certidão da dívida ativa, não há como declarar sua nulidade. Não satisfeita a obrigação, resta exigível o crédito. Apelação improvida. (AC 021/89 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 27)

EMENTA

Tributário. Mandado de Segurança. Lei 7 450/85. Independente da comprovação de 65 anos de idade, restando não provada tenha a idade bruta não excedido a 30 salários mínimos mensais carece o autor de direito líquido e certo para obtenção do mandamus. Denega-se a ordem (AMS 353/89 - AL, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 30)

EMENTA

FUNRURAL. Contribuições. Aquisição de castanha de caju através de terceiros. Responsabilidade. Conforme decorre do texto e do espírito da legislação pertinente, a contribuição alcança os produtos rurais vendidos pelo produtor ou adquirente imediato. Daí em diante, o produto perde a natureza original para transformar-se em mercadoria circulante entre comerciantes e intermediários, caso em que se presume feito o recolhimento oportuna e regularmente, não sendo de preocupar-se com o mesmo quem compra de comerciante não produtor. (AC 1132/89 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, Pág. 31)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. FUNRURAL. Cana própria. Declaração de inconstitucionalidade do parágrafo 2º da Lei Complementar 4418/82 - STF. Aplicação da Súmula 175 do extinto TFR. (AC 1249/89 - AL, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T. , DPJ 31.10.89, pág. 31)

EMENTA

Repetição de indébito. Casa própria. Contribuição para acidente de trabalho. Prova pericial demonstrando não ter a autora incluído uma base de cálculo à parcela relativa ao ICM. Improcedente a repetição de indébito. (AC 1747/89 - AL, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág 32)

EMENTA

IMPOSTO DE RENDA. Lucro obtido na alienação de Obrigações da Eletrobrás. Independe da não reprodução de documentos antes presente a processo administrativo extraviado, a ausência de contra-prova não invalida a assertiva da aquisição da disponibilidade econômica. Apelação improvida. (AC 1883/89 - PB, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 32)

EMENTA

Tributário. Sobre a indenização de aviso prévio não incide a contribuição previdenciária (Súmula 79 - TFR) Incidência, contudo sobre as parcelas referentes a férias Apelo parcialmente provido (AMS 534 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 32)

EMENTA

Tributário. Lançamento de ofício. Validade quando a empresa não apresentou declaração de rendimentos, nem produziu prova da existência de elementos concretos que permitissem a apuração do lucro real. Sentença que reduziu a multa está adstrita ao pedido de provimento dos embargos, pois este importa, em anular-se o título executivo como um todo. Omissão de declarar rendas não constitui fraude, e sim negligência. Apelações improvidas. (AC 1894 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 09.11.89, pág. 32)

EMENTA

Tributário. Mandado de Segurança destinado a assegurar creditamento de estímulos fiscais. Inconstitucionalidade do art. 1º do Decreto-lei 1 722/79 declarada pelo Tribunal Federal de Recursos. Apelo e remessa improvidos. (AC 1945 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 37)

EMENTA

Tributário. Omissão de receita. Validade do auto de infração relativo à tributação reflexa na pessoa. Do sócio. O encerramento do processo referente à pessoa jurídica é condição para a ultimação daquele, e não para a sua instauração. Apelo provido. (AC 2011 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág 38)

EMENTA

Tributário. Tributação reflexa. Certidão de dívida ativa que não indica os exercícios fiscais e os dispositivos legais infringidos (art. 2º, parágrafo 5º,

IV, da Lei 6.830/80). Nulidade. Extensão à execução a que responde o sócio. Apelo e remessa oficial improvidos. (AC 2082 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág 38)

EMENTA

FGTS. Levantamento com base em presunções afastadas pela prova pericial. Invalidez do título executivo. Apelo improvido. (AC 2098 - AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 38)

EMENTA

Tributário. Arrematação de bens em processo falimentar. Inexistência de sucessão que gere responsabilidade tributária ou previdenciária do arrematante. Apelo improvido. (AC 2188 - AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 38)

EMENTA

Tributário. Repetição de indébito. Alegação de incidência de contribuição do Funrural xxxxxx do ICM relativas a movimentação de cana de açúcar própria das usinas. Repercussão reflexa. Inexistência de prova de origem da operação. Sentença confirmada. Apelo improvido. (AC 2865 - AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 40)

EMENTA

Tributário. ITR. Retenção indevida de cotas municipais. Pagamento dos valores retidos, afastadas as parcelas anteriores a agosto de 1978, data do ajuizamento, pois a demora da citação não se pode imputar à autora. Correção monetária desde as retenções indevidas. Súmula 46 e 78 - TFR. Prejudicada a apelação da ré. Provida a apelação da autora. (AC 3185 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 41)

EMENTA

Tributário. Empresa que adquire de arrematantes judiciais bens de firma falida. Inexistência de sucessão para efeitos tributários. Apelo provido. (AC 3282 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 42)

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL INCENTIVOS FISCAIS. SUDENE. ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. CONSTRUÇÃO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

- Incabível o deslinde de questão de fato controvertida no âmbito do mandado de segurança, por não se tratar de direito líquido e certo.

- Empresa que se dedica, também, a obras de construção civil, não tem direito a isenção do imposto de renda de que trata o art. 13, da Lei n 4.239/63. (AMS 722 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 35)